



Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

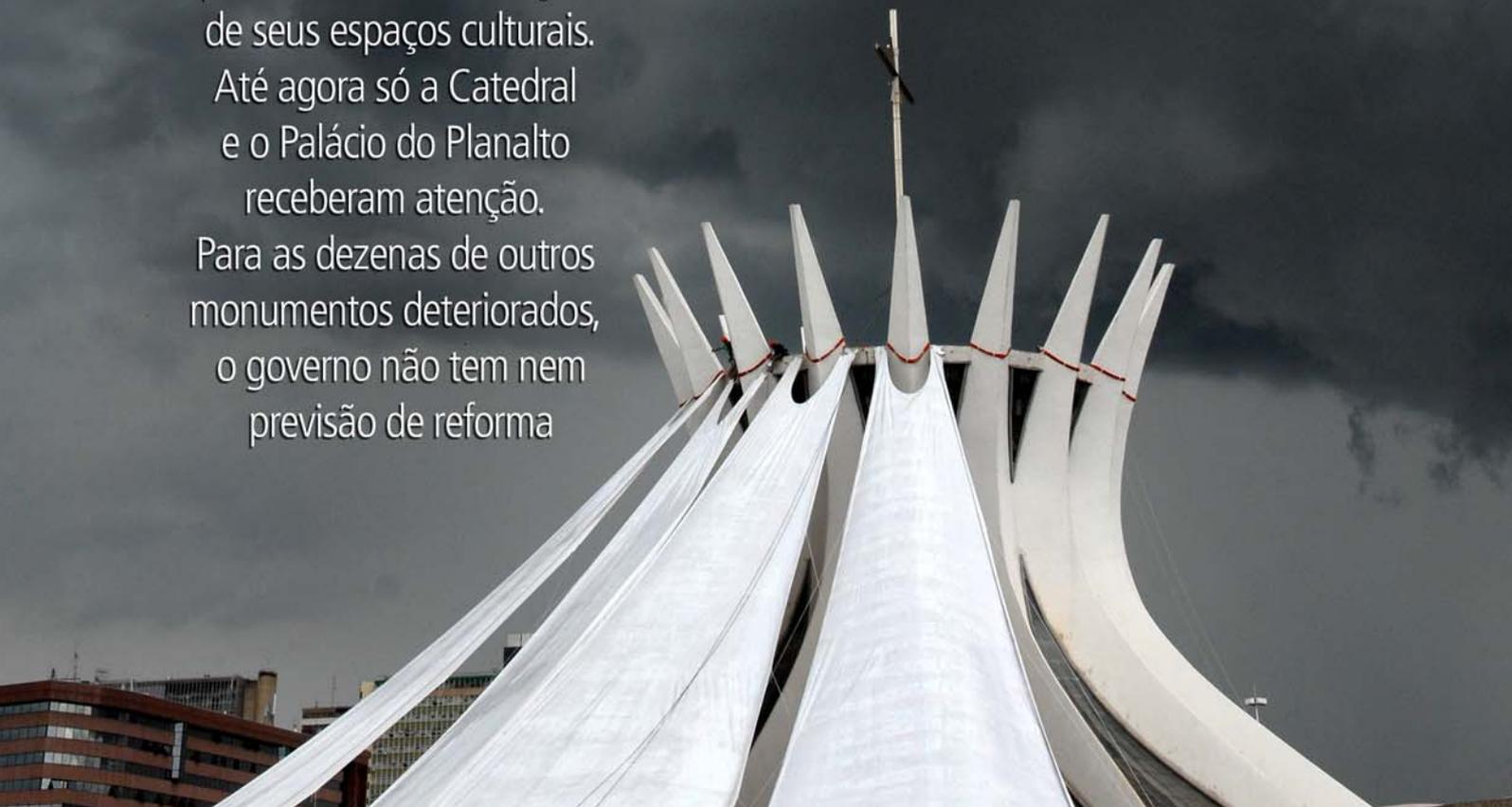
1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

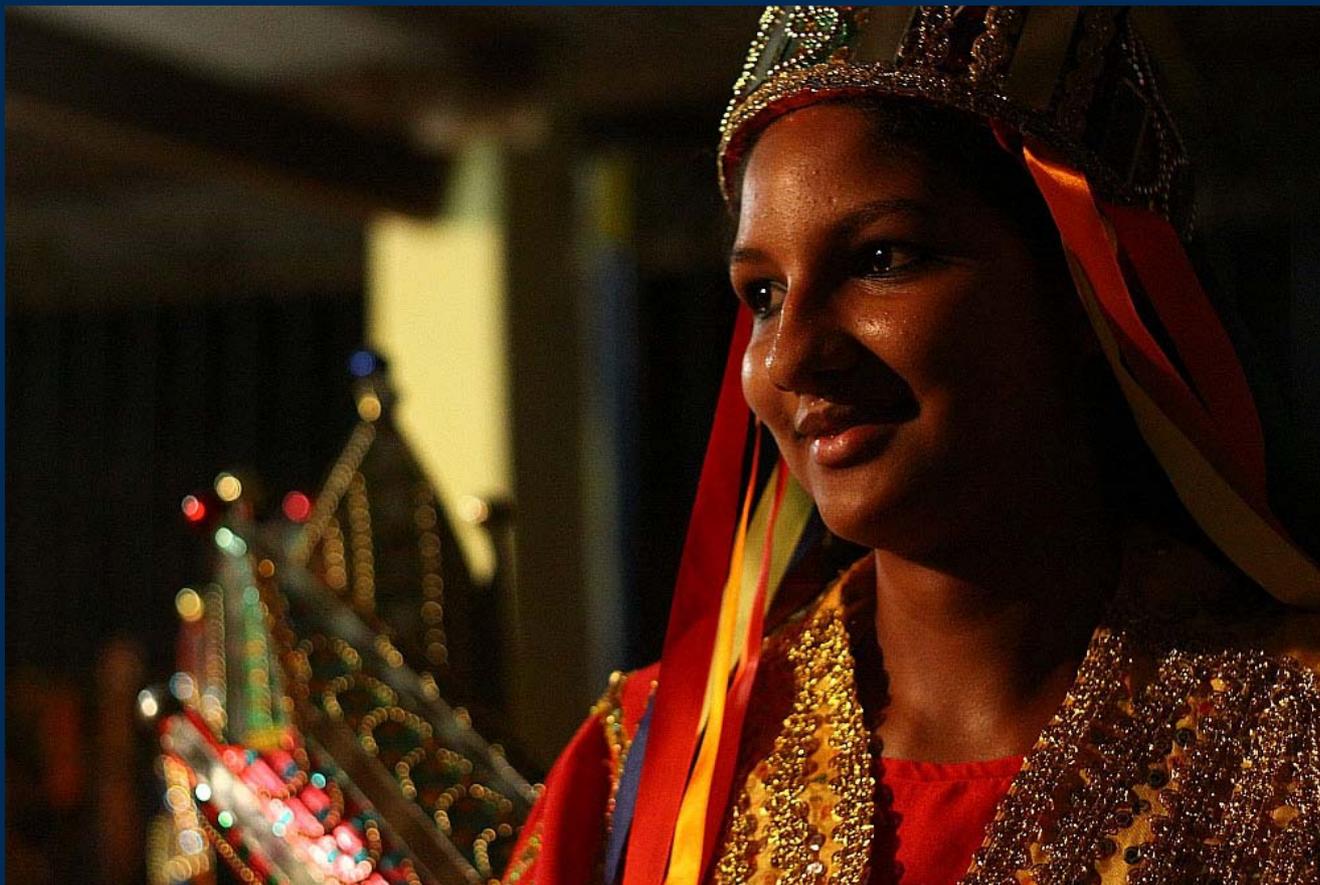
CORREIOS

Ano XVII - nº 63
Nov-Dez/2009

Horizonte sombrio

Brasília pode perder o título de Patrimônio da Humanidade em 2010, pela falta de conservação de seus espaços culturais. Até agora só a Catedral e o Palácio do Planalto receberam atenção. Para as dezenas de outros monumentos deteriorados, o governo não tem nem previsão de reforma





FOTOS: TT CATALÃO



mais apelo do que pele
um ser humano não
cabe na grade das "raças";

sou nego, não nego,
sou a soma, sou o sumo,
sou a festa na praça
sou mistura e resumo;

derramo o caldo suor,
sou a terra do terreiro,
sou a garra do guerreiro,
caldeirão que vira a taça;

mais apelo do que pele,
sou o ser e sou o humano
aquele que se faz pela graça...

TT CATALÃO

Imagens do grupo Treme-Terra, guerreiros alagoanos de Mestre Benom, aqueles que conseguem extrair beleza de tanta adversidade e por isso são nobres, são libertários, resistem onde muitos desistem, enchem de som, canto dança e cores as noites de uma periferia (territorial) que é centro de saber (lugar de encanto) e nos faz "periféricos" dessa outra realidade. Quilombo urbano na mesma terra de Zumbi e sua Serra da Barriga – Palmares, Alagoas, emprenhada de tantos filhos e filhas para reunir os penachos dos caboclos com os tambores de África. Homenagem aos novos tempos da Consciência Negra no Brasil.

Tempo de renovação

Chegamos a uma época de renovação. Renovação de forças, de lutas, de ânimos. Momento de finalizar balanços e nos dedicar ao futuro, por meio de expectativas, projetos e planos.

O envio e a tramitação da revisão do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração ao Congresso Nacional depois de uma longa jornada de batalha nos fazem mais confiantes para sonhar e buscar a realização desses sonhos.

É com um sentimento gratificante de que todo esforço, todo suor, toda apreensão valerem a pena que devemos nos preparar para os desafios que nos esperam.

A aprovação do PCCR, sua sanção presidencial e sua regulamentação é o que esperamos alcançar em 2010. Essa é a nossa meta. E temos que nos dedicar ao máximo para cumpri-la.

A estratégia para tudo isso é a mesma que nos tem dado importantes vitórias: mobilização, mobilização, mobilização.

Com a determinação costumeira vamos articular com parlamentares, cobrar apoio do STF e MPF e lutar muito pela aprovação do PL 6613/09 e do PL do MPU em cada uma das comissões.

Em 2010 temos muito a nos empenhar e festejar. Afinal, o sindicato vai comemorar vinte anos de existência lutando ao lado dessa categoria aguerrida. Por tudo isso, aprovar a revisão salarial é uma questão de honra.

Honra para com os servidores que sempre acreditaram em nosso trabalho, em nossa luta. Afinal, como você já sabe, o Sindjus faz aniversário, mas quem ganha o presente é o filiado.

Seguindo essa lógica, estamos preparando várias surpresas e novidades que vão além da luta em torno do PCCR. Não é à toa que estamos em um período de renovação de ideias e projetos.

Você pode esperar um sindicato bastante dedicado as questões internas, focado na valorização da categoria e no atendimento personalizado ao filiado.

E pode esperar também uma entidade cada vez mais envolvida nas questões sociais e cotidianas do Distrito Federal, trabalhando em prol de temas que são responsáveis pelo bem-estar dos seres humanos e do planeta.

Um sindicato voltado à busca da justiça social e à afirmação da cidadania. Um sindicato atuante, solidário e próximo dos anseios da categoria. É por isso que trabalhamos.

Mais uma vez aproveito para agradecer a todos por fazerem parte dessa família de sonhos e lutas que é o Sindjus, e para pedir que continuem caminhando ao nosso lado. Afinal, vocês são a força, a identidade, a história e o propósito deste sindicato. É por vocês que existimos e nos renovamos a cada instante.



ROBERTO STUCKERT

Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

“Em 2010 temos muito a nos empenhar e festejar. Afinal, o sindicato vai comemorar vinte anos de existência lutando ao lado dessa categoria aguerrida. Por tudo isso, aprovar a revisão salarial é uma questão de honra”

Turma especial de Direito para beneficiários da reforma agrária



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

Em agosto de 2007 foi instalada a turma especial de Direito para beneficiários da reforma agrária e agricultura familiar, no Teatro São Joaquim, na cidade de Goiás, com a presença do ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal, que ministrou a primeira aula.

Esta experiência inédita promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, em seu *campus* Cidade de Goiás (Goiás Velho), caracteriza-se como um caso exemplar de ação afirmativa em educação superior para camponeses, e decorre de uma ação concertada com o INCRA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Ministério da Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, movimentos sociais ligados à Via Camponesa – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral da Juventude Rural.

Antes ainda, na sua fase de preparação, o projeto que culminaria na criação da turma especial foi objeto de grande interesse pela sua novidade e por seu potencial de inclusão social para segmentos historicamente alijados da educação superior. Para a sua construção, concorreram profissionais e acadêmicos da área do Direito de todo o país, solidários com a alternativa emancipatória e criativa nele projetada. A implantação do projeto se deu, portanto, cercada de alta expectativa.

Mas esse processo não se realizou sem fortes objeções. Para além das críticas ideológicas manifestadas pelos adversários da reforma agrária, o próprio Ministério Público Federal em Goiás apresentou uma primeira restrição, alegando violação do princípio constitucional da isonomia em razão da especialidade proposta, mas acabou aceitando, em audiência pública realizada em Brasília, o argumento da discriminação positiva como condição constitucional para abrir a camponeses acesso ao ensino superior, concluindo pelo arquivamento do Inquérito Civil Público que havia sido instaurado.

Porém, em 2008, uma Ação Civil Pública foi protocolada na 9ª Vara Federal do Estado de Goiás, a requerimento do Ministério Público Federal, e em junho de 2009 a sentença proferida nessa ação declarou a ilegalidade do convênio estabelecido para a

sustentabilidade do curso e determinou a sua extinção, embora ressaltando a validade das atividades acadêmicas integralizadas pelo corpo discente até a conclusão do semestre letivo. A Universidade Federal de Goiás e o INCRA recorreram da sentença, que se encontra neste momento pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal.

Participei recentemente, na cidade de Goiás, do 8º Encontro Goiano de Estudantes de Direito, e tive a oportunidade de debater com os estudantes de todo o Brasil que integram a Turma Especial, em suas atividades de tempo-escola e tempo-comunidade, os temas que formaram o programa do evento, centrado, muito a propósito, na discussão sobre “a função social do Direito, educação jurídica e exercício da cidadania”. Pena que os autores da ação não possam acompanhar a aguda percepção da realidade social e jurídica que é objeto de análise desses alunos em seu curso.

Em seguida ao encontro, participei de banca de monografia de conclusão de curso de Direito, defendida pela estudante Ranielle Caroline de Sousa, aluna do curso tradicional da Faculdade, *campus* de Goiás, sobre o tema *A Dimensão Cultural das Ações Afirmativas: a Experiência da Turma de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária e Agricultura Familiar*. Brilhante trabalho, aprovado com nota máxima e aluna já admitida para o mestrado em Direito da UFGO. Nela, a partir da determinação do território camponês na questão agrária, a autora demonstra com bons fundamentos o princípio da ação afirmativa para assegurar educação para camponeses, e descreve toda a dimensão emancipatória realizada pela experiência da turma especial.

E, tal como Boaventura de Sousa Santos, em seu artigo *Justiça Social e Justiça Histórica* (Observatório da Constituição e da Democracia, UnB/Sindjus, agosto de 2009), demonstra todo o alcance da experiência como forma de superar desigualdades, de trazer às práticas do *campus* os benefícios da diversidade, criatividade e dinamismo acadêmicos e de se oferecer como alternativa de acesso legitimada pela solidariedade da comunidade universitária.

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dôo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)



ALMIR ISRAEL*

No ensaio *Uns Nus*, Almir retratou pessoas de várias idades em espaços e situações incomuns, no intuito de destituir do nu o caráter erótico normalmente atribuído a ele na fotografia. Com esta obra ele conquistou o terceiro lugar no prestigiado prêmio internacional Nikon.

*Formado em desenho industrial pela UnB, foi professor de fotografia no Centro de Pesquisas Fotográficas do CEUB e co-fundador do grupo de fotógrafos *Ladrões de Alma*. Participou de dezenas de exposições coletivas e individuais.



Sindjus

www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Roberto Policarpo Fagundes

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira
Jailton Manguiera Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Maria Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira



CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO

Edição

Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem

Carlos Tavares
Daniel Campos
Fabiola Góis
Thais Assunção

Colaboradores

José Geraldo de Sousa Junior
TT Catalão

Revisão

Patcha Comunicação

Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

Publicidade

Home Comunicação Integrada

Tiragem

15.000 exemplares

A cada passo, uma nova conquista

A primeira batalha do PCCR foi vencida e se chama PL 6613/09. Em 2010 prossegue a luta pela equiparação com o Executivo e o Legislativo

Carlos Tavares

Após mais de doze meses de batalha, no dia 11 de dezembro o projeto de revisão salarial dos servidores do Judiciário chegou finalmente ao Congresso. O Plano de Carreira, Cargos e Remuneração da categoria, transformado no Projeto de Lei 6613/09, no entanto, perdeu parte do conteúdo original que propunha uma reposição justa de perdas, em torno de 80%, esmaecido pela insensibilidade das autoridades judiciais. Ficou em 56%, com a possibilidade de ser pago a partir de 2010, em três parcelas (veja a íntegra do projeto no nosso site: www.sindjusdf.org.br)

“Mesmo com o reajuste, a remuneração dos servidores da Justiça ainda ficará aquém dos salários pagos no Executivo e no Legislativo. Nós vamos continuar lutando pela equiparação”, afirma o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo. Ele destaca que, se não fosse a pressão

do movimento grevista do Judiciário e MPU, em termos locais e nacionais, ao longo de 22 dias de paralisações, a proposta sequer teria sido encaminhada ao Congresso este ano.

É oportuno lembrar que, em junho de 2002, os servidores do Judiciário e do MPU cruzaram os braços em busca de melhores salários e condições de trabalho. Hoje, o movimento capitaneado pelo Sindjus segue essa mesma trilha de êxitos, sempre conquistados passo a passo, corpo a corpo. “No começo éramos poucos, depois mil, dois mil, dez mil... Depois ninguém sabe quantos aderiram, era muita gente, era muito bonito”, lembra-se Antônio Carlos Aquino, do Superior Tribunal de Justiça, que participou de todas as mobilizações de servidores desde a criação do Sindjus, há vinte anos.

O veterano Aquino tem motivos de sobra para comemorar o envio do PCCR ao Congresso, mas sabe que o processo é árduo. “Foi má vontade deles (dirigentes do Judiciário e MP)



ARTHUR MONTEIRO

deixar a situação chegar a esse ponto. Não precisava disso. Mas, quando é preciso fazer greve, nós fazemos”, afirmou, durante uma das assembleias do movimento.

Ao lado dele, um dos fundadores do sindicato, Antônio Francisco Machado Costa, aposentado pelo Ministério Público Militar, trabalhava com a mesma visão: “É muito triste essa posição de individualismo deles. Se mandaram a proposta dos ministros no dia 31 de agosto, por que não enviaram a nossa?”, questionou, sabendo que os



Assembleia de 10/11 na Praça dos Tribunais: início da greve foi um momento decisivo na luta pelo envio do PCCR ao Congresso

magistrados se empenharam em barrar a proposta original dos servidores, com reajuste para repor perdas em torno de 80%.

Em 2002 a defasagem salarial da categoria chegava a 100%, depois de anos sem reajuste. Os servidores encerraram a paralisação de 29 dias ao receber do governo a proposta de liberar, ainda em junho daquele ano, a primeira parcela do reajuste (25%); em seguida 20% para junho de 2003, 30% para janeiro de 2004 e 25% para janeiro de 2005.

Cleuber Castro, do Fórum do TJDFT de Taguatinga, antevia que este ano iria ocorrer o mesmo processo de idas e vindas: "Nosso plano de carreira está bem formulado, é um avanço para todos, mas eles (o Congresso e o governo) vão fatiar nosso aumento em parcelas", previu. Cleuber acredita na união e na força da categoria: "O movimento está bem articulado e vamos vencer mais essa batalha. Se for preciso, paramos outra vez no começo de 2010", disse ele na Praça dos Tribunais, na semana em

que a greve terminou.

Para as amigas e colegas de trabalho Emanuelle Vaz e Isabela de Souza, do TJDFT, o movimento apenas começou em 2009 e agora só tende a crescer para se consolidar no ano que vem: "Greve é o último recurso, mas é necessária para que reconheçam nosso papel como pessoas que ajudam a reconstruir o país", disse Emanuelle. "Não era preciso chegar a este ponto, mas estamos aqui para cobrar nossos direitos", concordou Isabela.

Museu de Arte de Brasília: fechado há quase quatro anos por determinação do Ministério Público, porque a estrutura não garante mais a segurança do acervo

O inventário da destruição

Ione Carvalho e sua equipe elaboraram uma extensa e assustadora lista de obras de arte, arquitetura, monumentos e espaços danificados. No entanto, as ações de recuperação não têm data para começar. "Não quero falar de prazos. Sem projetos e sem verbas não há reforma", declara a subsecretária. Ela tem experiência na criação de museus e acervos em vários países, so-

Retratos do

abandono

Deterioração dos espaços culturais pode fazer Brasília perder título de Patrimônio da Humanidade em 2010. Governo não tem sequer previsão para iniciar as reformas

Carlos Tavares

Brasília pode perder, em breve, o título do qual seus habitantes mais se orgulham: o de Patrimônio Cultural e Histórico da Humanidade. O tombamento do conjunto urbanístico da cidade corre o risco de ser cassado pelo comitê da Unesco que estará aqui em junho, em homenagem aos 50 anos da cidade construída por Juscelino, Lucio Costa e Niemeyer.

Esse título confere a Brasília a honra de ser a única cidade modernista do mundo tombada no século 20, e de ter monumentos e obras arquitetônicas também tombados no século 21. O tombamento, em 1990, mudou radicalmente a visão de preservação do patrimônio moderno brasileiro. Preservava-se uma ideia — e, mais que uma ideia, preservava-se a história da arquitetura e do urbanismo brasileiro,

garantindo às futuras gerações uma espécie de presente em ritmo de futuro, sem que o passado pudesse mostrar seus efeitos deletérios.

Infelizmente, porém, esses efeitos estão presentes por toda parte. Não é preciso ir muito longe ou sequer entrar em alguns espaços culturais para enxergar a decadência que avança sobre os prédios tombados, se arrasta pelas fachadas e interiores de cinemas, museus, igrejas, galerias, murais e que condena painéis e esculturas nos quatro cantos do Distrito Federal.

Esse processo ganha mais velocidade quando os administradores desse patrimônio mundial cruzam os braços e nada fazem para preservá-lo. A falta de zelo atinge até a aparentemente sólida e bem-conservada Praça dos Três Poderes. O Panteão da Liberdade, por exemplo, está fechado desde abril de 2008 porque parte do teto

de mármore desabou e o concerto não foi feito. O Espaço Lucio Costa está cheio de infiltrações e virou reduto de usuários de drogas, a poucos metros do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. O dismantelo se espalha em direção à Rodoviária e à Torre de TV, que precisa de reparos urgentes, está suja, pichada e enferrujada. Estes são apenas alguns símbolos visíveis do abandono da proposta estética da capital.

“É preciso fazer alguma coisa rapidamente, pois o comitê da Unesco chega daqui a poucos meses e certamente seus membros não vão gostar de ver o que está ocorrendo”, alerta a museóloga e antropóloga Ione Carvalho, subsecretária de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura. “Brasília realmente corre o risco de perder o título de patrimônio da humanidade”, afirma ela.

bretudo na América Latina, e faz uma comparação interessante: “A Nicarágua, um país pequeno, pobre e que acabava de sair de uma guerra, estava preocupado com cultura. Lá eu consegui trabalhar e montar um museu, mas aqui não vejo resposta nenhuma”, conta a antropóloga, que lamenta a falta de compreensão do que realmente significa um empreendimento cultural.

Entre os prédios, espaços e equipamentos públicos de arte, lazer e cultura da cidade que necessitam de reformas e restaurações, sobressaem-se o Museu de Arte Moderna, talvez o caso mais grave;

o Cine Brasília; o Teatro Nacional (onde as fachadas perderam o mosaico de Athos Bulcão e o interior do prédio está deteriorado); a Concha Acústica, que virou moradia de bichos e abrigo de moradores de rua; o Espaço Cultural Renato Russo, na W3 Sul; a Igreja Nossa Senhora de Fátima, na 307/308 Sul; a Praça dos Três Poderes e seus monumentos; o Catetinho, barraco de madeira projetado por Niemeyer que em 1959 foi indicado pelo próprio JK para ser incluído nos Livros do Tombo; e os museus e igrejas de cidades como Planaltina, Núcleo Bandeirante e Vila Planalto.

Ione: “Sem verbas não há reforma”



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

As ruínas antecipadas

Brasília foi construída para ser destruída aos poucos

Os versos de Nicolas Behr retratam uma triste verdade. Afinal, o que choca e revolta mais? Uma bomba que destrói um museu em segundos ou o passar do tempo, que ao lado do abandono oficial dilapida a estrutura desse mesmo museu? São duas formas igualmente eficazes de destruição. Mesmo diante desse triste espetáculo de desprezo pelos bens da capital, as autoridades que se revezam no poder continuam a alardear a suposta defesa do acervo cultural. Em seus gestos e atitudes, elas reproduzem sem saber o irônico bordão de Giuseppe Lampedusa em *O leopardo*: “É preciso mudar as coisas para que elas permaneçam iguais.”

Aliás, nenhuma outra metáfora traduz de forma tão perfeita a repulsa histórica dos governantes pela arte e a cultura do que a pronunciada por Goebbels, ministro do Povo e da Propaganda de Adolf Hitler: “Quando ouço falar em cultura, dá vontade de sacar o meu revólver.” Goebbels foi o homem que mandou queimar os livros de Freud e de Thomas Mann; que autorizou o incêndio do parlamento alemão e seu rico acervo de obras de arte; e que organizou uma exposição intitulada *A arte degenerada*, para ironizar gênios da pintura como Picasso, Monet, Klee, Munch, Cézanne, Chagall e Mondrian. Se andasse por aqui, com toda certeza mandaria destruir a Praça dos Três Poderes, o Teatro Nacional e tantas outras obras de vanguarda. Mas, mesmo na ausência do ministro de Hitler, não faltam as armas da ignorância política e da insensibilidade oficial para acabar com a história da capital desde a fundação.

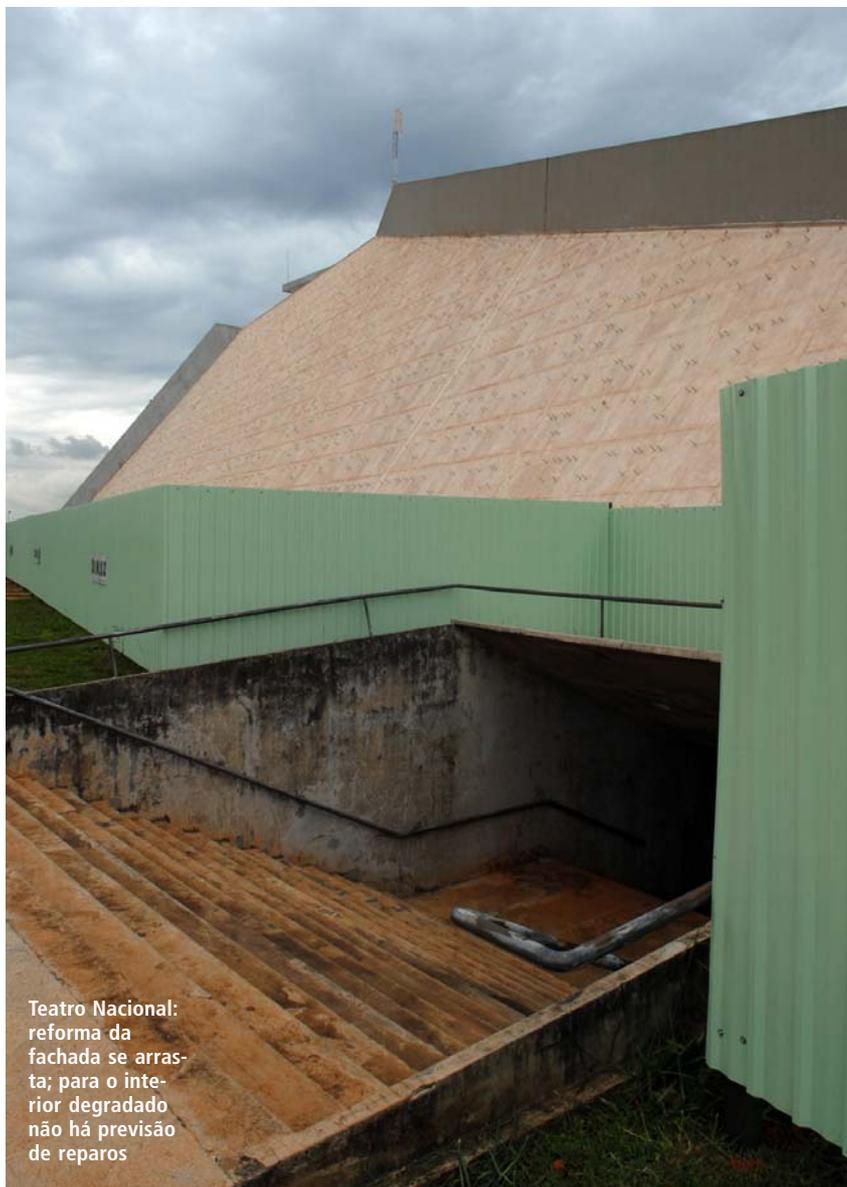
“O processo de destruição de Brasília começou quando JK saiu do governo. Preservar uma cidade ou um bem cultural é uma questão política. Mas não vejo aqui ações políticas em defesa do nosso patrimônio”, analisa Alfredo Gastal, superintendente regional do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan).

“O governo não tem uma política cultural para Brasília”, continua Gastal. “Está muito mais preocupado com o marketing, com o desfile da Beija-Flor. Enquanto isso deixa o Cine Brasília se acabar, assim como o Museu de Arte Moderna e o Centro Cultural de Ceilândia. O Teatro Nacional nem se fala: por dentro está caindo aos pedaços, tem problemas em todas as salas e corredores. Todos os espaços públicos do Distrito Federal precisam de reformas e restaurações.”

Tão jovem e tão futurista, Brasília, exatamente por viver sob a expectativa do futuro, acabou perdendo a perspectiva do passado e vive de um presente que caminha a passos largos para os escombros de

uma ideia brilhante. “Aqui tudo fica para depois: a reforma do Teatro Nacional, a restauração das obras de Athos Bulcão, a recuperação do Cine Brasília, do Espaço Cultural Renato Russo e do Catetinho, coitado, quatro anos mais velho do que a cidade... Nada disso é urgente, é assim que se faz tudo no campo político”, revolta-se Nicolas Behr, que integra um grupo de artistas preocupados em salvar a cidade da inércia.

De fato, a impressão que se tem ao fazer um tour pelos espaços e equipamentos públicos destinados à arte é que só os artistas e uns poucos representantes da sociedade se importam com a questão cultural. Os outros... Bem, os outros quem sabe concordam com Goebbels.



Teatro Nacional: reforma da fachada se arrasta; para o interior degradado não há previsão de reparos

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Já vimos esse filme

Inconformado com o que se sucede com os bens culturais da cidade, o cineasta Vladimir Carvalho faz uma crítica contundente aos gestores desses espaços e aos governantes: "O Cine Brasília se transformou em uma espécie de sintoma, quase uma metáfora de um mal maior que assola toda a cidade: o mais completo descaso com as coisas da cultura", afirma o diretor de *O país de São Saruê* e *Conterrâneos velhos de guerra*, considerado um dos maiores documentaristas do Brasil.

"E pensar que tudo isso começa naquilo que se pode chamar de sala de visitas da cidade, que é a Esplanada, onde resplandecia o Teatro Nacional, que está há mais de ano sem os cubos do mural de Athos Bulcão. Isso é um acinte à sua memória", queixa-se Vladimir. "Este ano

também assistimos à destruição pavorosa de dois belíssimos painéis de Athos, demolidos junto com a sede do Clube do Congresso, em pleno centro da cidade. Como se não bastassem as ameaças de despejo da Fundação Athos Bulcão, pasmem, dias antes do falecimento do artista", revolta-se o cineasta.

Não é de hoje que, às vésperas do consagrado Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o governo se apressa em fazer uma maquiagem na casa. "Reforma mesmo, nada. Estão pondo fim a uma das maiores riquezas da cultura brasileira, um pólo que concentra o maior e o mais importante festival de cinema do país", critica o cineasta Vladimir Carvalho. Para ele, Brasília envelheceu precocemente: "A cidade envelheceu nas mãos de governos irresponsáveis, inca-

pazes de cuidar dos aspectos sérios da arte e da cultura."

Para ilustrar o que diz o cineasta paraibano, as fachadas do Cine Brasília estavam todas pichadas, no começo de novembro, o teto da sala de espera tem infiltrações, as cortinas estavam rasgadas e presas com arames, o carpete ainda está cheio de buracos, há poltronas arrancadas, os banheiros caíndo aos pedaços e inadequados para deficientes. O sistema de projeção, que já foi um dos melhores do Brasil, precisa de ajustes. Não há segurança à noite; apenas um vigia cuida da parte interna do cinema, e a área externa virou abrigo de moradores de rua. O cinema passou por outra maquiagem para receber o 42º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, de 17 a 24 de novembro.

Nas garras da especulação imobiliária

Para experimentar a desconfortável sensação de que tudo está ruindo na capital antes mesmo de seus 50 anos, basta seguir pela pista rente à Vila Planalto, às margens do lago, e tentar enxergar o Museu de Arte Moderna, desenhado pela equipe de Oscar Niemeyer. Não se vê o que restou do prédio de fachada cor de laranja e azul anil, agora

desbotada e descascada. O mato em volta engole a imagem de um marco das artes plásticas modernas e contemporâneas de Brasília e do Brasil. O choque aumenta com a visão do intruso Lake Side, um condomínio ilegal de luxo que açambarcou boa parte das margens do lago e da área ocupada pelo museu, destruindo a paisagem com a arrogância tí-

pica de grande parte do irresponsável empresariado brasileiro.

O MAB e a Concha Acústica, espaços vizinhos e ex-cartões-postais de Brasília, foram construídos em lugares privilegiados, à beira do lago, e agora estão cercados por empreendimentos imobiliários. Quando se trata de projetos desse porte, sabe-se que as garras do poder

Concha Acústica: espaço privilegiado, na beira do lago, hoje está às moscas





Adeilton Lima, ator, Rômulo Andrade, artista plástico, e Nicolas Behr, poeta, alguns dos artistas que se articulam em defesa da cultura: "É a nossa história que está ameaçada"



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

econômico entram em ação, como suspeita Alfredo Gastal: "Não vejo outro motivo para deixar o MAB e a Concha Acústica se acabarem assim; deve ser a mão da especulação que está funcionando", acredita o superintendente do Iphan.

"A Concha fica no filé da especulação imobiliária. Se estão demonstrando a revitalizar o espaço é porque querem que ele fique assim, aguardando mais um condomínio", diz o poeta Nicolas Behr, observando a estrutura desenhada por Niemeyer e que foi palco de shows memoráveis de Roberto Carlos, Rita Lee, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Djavan, entre muitos outros.

"A história das artes visuais de Brasília está no MAB. É a nossa história que está ameaçada, e estamos à mercê dos esquemas mercadológicos", afirma o artista plástico Rômulo Andrade. "Tudo é viável quando se quer; o que não dá é viver nessa tortura cultural, cercado pela pressão das promessas e sem nada acontecer", acrescenta o ator Adeilton Lima.

Numa manhã ensolarada de outubro os três artistas se reuniram na Concha Acústica, ao lado do MAB, para avaliar o que significam os estragos causados nos bens da cidade e a distância que separa a época de ouro da cultura e o clima de melancolia e abandono que hoje impera. Havia tanta vida nessa área

que, na década de 90, até a artista plástica Yoko Ono, esposa de John Lennon, foi levada a conhecer o museu, a Concha, o lago e o local do Projeto Orla, que acabou ficando no papel. Entre o MAB e a Concha Acústica Yoko plantou cinco ipês, como símbolo de sua preocupação ambiental. Hoje eles podem ser vistos à distância.

A poucos metros dos ipês o artista plástico Glênio Lima, diretor do MAB, mostra as dependências do prédio e diz que também teme a especulação imobiliária: "Alguma coisa tem que ser feita antes que ela avance ainda mais." Glênio espera que até o fim do ano o projeto de reforma do MAB esteja pronto para que as obras de recuperação possam começar. "Mas as respostas do GDF não são ágeis e a gente trabalha com a dúvida", lamenta o diretor.

Fechado desde o começo de 2007 por determinação do Ministério Público, em razão de sua frágil estrutura não mais conferir segurança ao acervo, o MAB tem um futuro incerto. No museu habitam os vestígios do abandono: as paredes exibem rachaduras, manchas de infiltração, a área da reserva técnica tem vazamentos no teto, os banheiros estão sem portas, há janelas quebradas, partes do piso do subsolo vivem alagadas. O tom sombrio do local parece flertar com a ideia de um futuro em ruínas.

A fusão da discórdia

O acervo de 1.200 obras de arte do MAB, avaliado em cerca de US\$ 8 milhões, está guardado no Museu Nacional da República desde 2008, assim como sua reserva técnica. Diante da providencial chegada dessas obras aos espaços vazios do museu na Esplanada, intelectuais e artistas começaram a levantar a suspeita de que o fato representaria a consolidação de uma velha ideia defendida pelo próprio secretário de Cultura, Silvestre Gorgulho: a de fundir o MAB com o Museu Nacional.

Em entrevista ao Correio Braziliense, em fevereiro deste ano, Gorgulho foi categórico: "O projeto para o MAB virar museu é muito bonito, mas ele custa R\$ 6 milhões. Uma comissão vai dizer se é melhor fazer mesmo o projeto do MAB ou pegar seu acervo e jogar no Museu Nacional. Não sou eu quem vai decidir isso."

No começo do ano, ao entregar a carta de demissão do cargo de curador do MAB, o artista plástico pa-

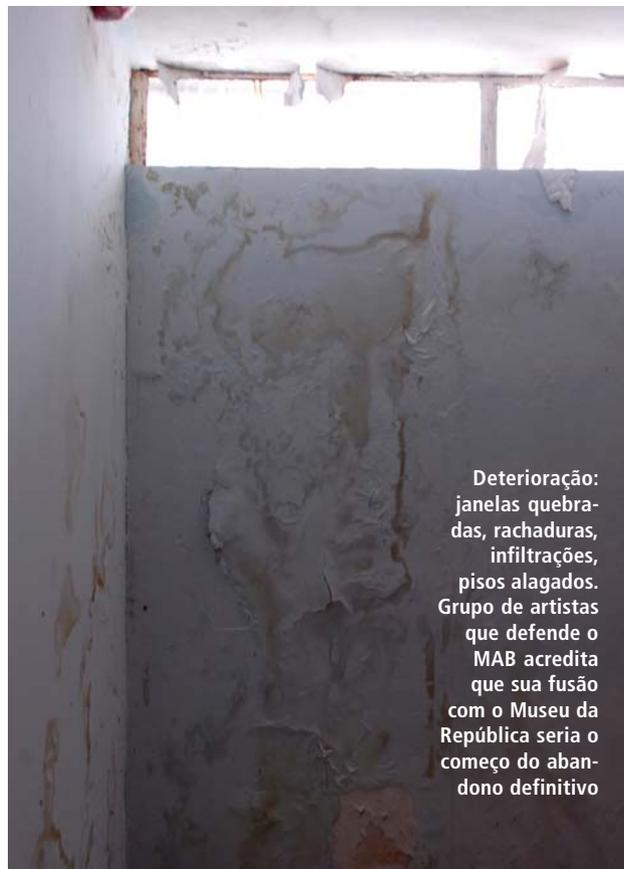
raense Bené Fonteles disse que, após três anos, cansou de ser curador de um museu que não existe: "Não há política do GDF para museus. Não houve vontade política para que o MAB fosse restaurado." A subsecretária de Políticas Culturais do DF, Ione Carvalho, defende a criação de um "corredor cultural" que uniria os dois museus e daria mais visibilidade aos artistas da cidade e do país: "Museu tem que ter uma dinâmica. A fusão elevaria o MAB ao status de Museu Nacional de Arte de Brasília", pensa a consultora da Unesco, museóloga e antropóloga contratada este ano para fazer um diagnóstico dos bens culturais do DF e em seguida convidada a ocupar a subsecretaria.

O superintendente do Iphan Alfredo Gastal, porém, acredita que a fusão do MAB seria uma forma de minar o espaço cultural da cidade e atender à voracidade do mercado imobiliário. "Vamos levantar os prós e os con-

tras e deixar que a sociedade decida", sugere Ione. Segundo ela, o subsolo do MAB poderia ser usado para trabalhos de reforma e restauro de obras; o térreo poderia ser uma escola de arte e o andar superior abrigaria exposições e outras atividades.

Se, por um lado, Ione é a favor da fusão do MAB com o Museu da República, por outro mantém uma posição crítica em relação à demora na tomada de decisões: "Um país tão rico e não se faz nada para preservar essas obras", lamentou. Ione lembra que quando assumiu a subsecretaria não havia sequer orçamento para recuperar os bens culturais da cidade. Preocupada com a situação, ela começou a correr atrás de convênios com órgãos federais e empresas para evitar que, no próximo mês de junho, a Unesco retire de Brasília o título de Patrimônio Cultural e Histórico da Humanidade. Os integrantes do comitê que escolhe – e elimina – cidades da lista de patrimônios mundiais passarão doze dias aqui, visitando monumentos e obras de arte.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Deterioração:
janelas quebradas, rachaduras, infiltrações, pisos alagados. Grupo de artistas que defende o MAB acredita que sua fusão com o Museu da República seria o começo do abandono definitivo

A photograph of Glênio Lima, director of MAB, standing in front of a modern blue building. He is wearing a dark blue button-down shirt and glasses. In the foreground, there is a large, dark, abstract sculpture made of thick, intersecting beams. The background shows a clear blue sky with scattered white clouds and some greenery with pink flowers.

Glênio Lima,
diretor do MAB:
"As respostas
do GDF não
são ágeis e a
gente trabalha
com a dúvida"

No caminho certo

Shows de Maria Rita e Cláudia Leite marcam o primeiro semestre do programa cultural do Sindjus

Enquanto os sucessivos governos do Distrito Federal alternam as promessas e o descaso em relação aos bens culturais da cidade, o Sindjus dá uma lição de cidadania em termos de investimento na diversidade artística. O programa Viver Cultura, com menos de um ano e centenas de adesões, tem uma proposta que pode alterar a inércia governamental e servir de exemplo para outras instituições, com o cuidado que dedica ao processo de formação cultural da comunidade brasili-

ense e que beneficiará esta e outras gerações de habitantes do Distrito Federal.

Inspirado na Lei Rouanet, que possibilita aplicar em ações culturais parte do imposto de renda de empresas e cidadãos, o programa é uma forma que o Sindjus encontrou de expandir projetos culturais na cidade e garantir a participação das pessoas em iniciativas importantes, desde um show a um empreendimento de porte maior, como a restauração de equipamentos públicos de lazer e cultura e recuperação

de espaços importantes para a comunidade brasiliense. "A cultura é um elemento essencial da nossa qualidade de vida", afirma Policarpo, coordenador-geral do Sindjus; "ao aderir ao programa, o servidor passa a ser parte integrante e ativa de uma ação que estimula a criação e a produção de bens culturais", acrescenta.

Uma das servidoras do Judiciário que participa do programa é Maria de Fátima Oliveira, lotada no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Maria afirma que é com pra-

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Maria Rita e Cláudia Leite: shows agitaram a cidade em outubro e dezembro



zer que participa do programa, porque sabe que está fazendo bem à Brasília. Sobre o descaso das autoridades com o patrimônio cultural, ela também faz suas críticas: "Não há razão para deixar tudo isso abandonado. É uma pena", afirma, e acrescenta que fazer parte do Viver Cultura só traz vantagens: "Estou cumprindo meu papel de cidadã e fazendo o bem; só posso dizer que é um projeto muito interessante".

Luis Carlos dos Reis, do Superior Tribunal Militar (STM), confirma as palavras de Fátima: "Se todos agissem assim, a cidade não estaria como hoje está. E se a comunidade não se mexer, esses espaços públicos vão mesmo fechar ou ser destruídos de vez", prevê, numa alusão ao estado de conservação do patrimônio cultural de Brasília (leia matéria nas páginas 8 a 15).

Ao aderir ao programa, o participante declara ter compreendido que o Viver Cultura destina-se aos trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU, filiados ou não ao Sindjus, e que a doação é um direito garantido pela Lei Federal de Incentivo à

Cultura, de 13 de dezembro de 1991 – ou Lei Rouanet, que leva o nome do filósofo, antropólogo e ensaísta membro da Academia Brasileira de Letras, autor do projeto na época em que era secretário de Cultura do governo Collor, em 1991. "O participante terá direito à redução de 6% do valor do imposto de renda a pagar, ou então a aumentar o valor de sua restituição", explica o produtor cultural Miquéias Paz, um dos coordenadores do projeto.

A adesão, acrescenta Paz, implica na realização de um depósito na conta do projeto cultural, que será antecipado pelo Sindjus e deverá ser ressarcido posteriormente ao sindicato. O participante, porém, só fará esse ressarcimento após receber a sua restituição. O prazo de adesão se encerra no dia 12 de dezembro deste ano. O Sindjus garante ao servidor que, ao aderir ao programa, ele não terá custo algum com a doação financeira: apenas o valor efetivamente deduzido do Imposto de Renda obtido por meio do incentivo fiscal será objeto de ressarcimento ao sindicato.

Em grande estilo

As mais recentes promoções cultural do projeto foram um sucesso. Os shows das cantoras Maria Rita, em outubro, e de Cláudia Leite, em dezembro, ficaram lotados, com milhares pessoas de várias gerações prestigiando as apresentações.

"O show de Maria Rita foi um presente do Sinjus ao servidor, em homenagem ao seu dia (28 de outubro) e à sua participação na construção de um novo país", disse Policarpo. A apresentação de Cláudia Leite, na festa de final de ano do Sindicato, durou mais de duas horas e fez ferver a plateia. Quem aderiu ao Viver Cultura ganhou ingresso grátis. "Outros projetos importantes, como uma apresentação de sanfoneiros de toda parte do Brasil, além de vários nomes de Brasília, será a nossa próxima promoção", acrescentou.

Bancorbrás
Turismo

Ser cliente do Clube Bancorbrás é ter motivos para sair da rotina todos os dias.

Venha para o **Clube Bancorbrás**. Aqui você tem **até 35 diárias*** por ano, Clube de Vantagens, assistência em viagens e **mais de 4.000 hotéis** conveniados no Brasil e no exterior. Tudo isso para que você só tenha boas histórias para contar. Aproveite o **desconto especial** para os associados da **SINDJUS**. São **15%** de desconto sobre os valores comercializados, válidos para adesões feitas pela internet.

Acesse: www.bancorbras.com.br, entre na página do Clube Bancorbrás, clique no ícone "Adquira seu título" e, na proposta de adesão, selecione o convênio **SINDJUS**, digite o código promocional **SINDJUSDF** e o número de sua **MATRÍCULA**.

15%
de desconto a mais para você

| CATEGORIAS DOS TÍTULOS | VALOR DE ADEÇÃO** | 1º TÍTULO 40% + 15% DE DESCONTO*** | 2º AO 5º TÍTULO 60% + 15% DE DESCONTO*** | TAXA DE MANUTENÇÃO MENSAL |
|------------------------|-------------------|--|--|---------------------------|
| Executivo 2 | R\$ 440,00 | R\$ 224,40 | R\$ 149,60 | R\$ 91,00 |
| Executivo 3 | R\$ 600,00 | R\$ 306,00 | R\$ 204,00 | R\$ 98,00 |
| Superior 2 | R\$ 900,00 | R\$ 459,00 | R\$ 306,00 | R\$ 126,00 |
| Superior 3 | R\$ 1.080,00 | R\$ 550,80 | R\$ 367,20 | R\$ 155,00 |

* Cada título dá direito a 7 diárias. Cada cliente pode adquirir até 5 títulos, totalizando 35 diárias por ano, a contar da data de registro. **Taxa de adesão em até 4x sem juros. Utilização após o pagamento integral da taxa de adesão. Sujeito à avaliação cadastral. ***Promoção válida até 31/12/2009.



TT CATALÃO

Terra, territórios e terreiros

Em quase um século de resistência nas matas, Palmares foi um reino. Uma confederação de escravos livres que usaram o transtorno causado no domínio português pela invasão holandesa para se fortalecer em organização, armas, arte, cultura, ritos, lutas e economia. **A es- sência quilombola até hoje convoca a aliança entre terra e cultura afirmativa: eu sei, eu posso, eu sou.**

O pique de crescimento de Palmares se deu entre as décadas de 1630 e 1650. Estima-se em milhares sua população. Povos indígenas, outros párias dessa pátria colonizada brutalmente sob domínio estrangeiro, tam- bém trocavam penachos com os tambores. Quanto mais fortes, tanto mais ameaçadores como reino independen- te na ordem escravocrata. Cerca de trinta expedições mi- litares foram derrotadas. Só em 1710 Palmares caiu.

Localizada na serra da Barriga, Alagoas, a região hoje guarda marcas na cultura popular dessa mestiça- gem cabocla. **O que persiste na consciência de todos é o imaginário, ao mesmo tempo re- dutor, mitológico e histórico, para inspirar os novos quilombos que se legitimam como remanescentes de povos afrodescendentes.** Novas organizações se multiplicam no país com o apoio da Fundação Palmares, para adquirir bases instituio- nais e assim reparar um pouco a opressão sobre o di- reito de existir dos quilombolas.

Ao chegar ao quilombo de Santa Isabel do Norte de Maceió (recentemente habilitado como Ponto de Cultu- ra), recebo uma significativa saudação de uma senhora: “Seja bem-vindo em nossa remanação”. **A força cria- tiva de um reino ainda vivo que une remanes- centes em uma nação liberta é bem definida nessa “remanação” que abriga brasileiros de todas as etnias, mestiçados, hoje, na mesma busca de dignidade e justiça social.**

Significativo, também, é o nome da instituição que vai abrigar o Ponto Fala Quilombo: Engenho de Ideias.

A forra sobre o infame engenho de antes, que lhe avil- tava sob chibata. **Hoje, a liberdade pelas ideias. Hoje, comunicação em rede e capacidade técnica de produzir CDs, filmes, editar publi- cações, contar suas próprias histórias sob seus pontos de vista** e compartilhá-la com grupos de todo o país via internet.

Essa libertação com armas de arte e consciência cres- ceu nos últimos anos. A Fundação já reconheceu mi- lhares de comunidades. São vários projetos em diver- sas frentes, principalmente após o decreto nº 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identi- ficação e titulação das terras ocupadas por remanescen- tes de quilombos. O direito está na Constituição de 1988, que reconhece aos remanescentes a proprieda- de definitiva. Falta assumir.

O Parque Memorial Quilombo dos Palma- res é fonte para entender como se dão as no- vas frentes e armas das políticas do SIM (eu sei, eu posso, eu sou). Em 2007 a Fundação criou o Programa Intercâmbios Afro-Latinos, com um portal para reunir informações sobre as culturas dos negros latinoa- mericanos. A intenção é publicar artigos, entrevistas, ima- gens e vídeos dos vinte países da América Latina.

Surgem também quilombos urbanos como o de Mestre Benom de Maceió, com seus guer- reiros únicos no magnífico prato pleno da di- versidade cultural brasileira. Suas catedrais na cabeça mostram o quanto uma igreja real não está só na doutrina dos livros (qualquer um pode decorar passagens bíblicas, mas raros os que as praticam na solidariedade, compaixão e luta por justiça): os templos de espelinhos, fitas e lantejoulas rodopiam para nos reencantar a alma. No terreiro de Benom impressiona o número de crianças que ele mobiliza no bairro. Chã da Jaqueira é uma espécie de Palmares cultural, um reino que reúne muitos mestres e que tem ainda dona Maria Flor, a única viva das quatro Marias que foram mestras de guerreiros em Maceió.

A história da família começou com Amaro Pereira das Mercês, escravo nas terras da fazenda Pituba, arredores de Paracatu (MG). Nunca fugiu de suas terras. Ali trabalhou, ali ficou. Recebeu carta de alforria. Formou família e comprou a fazenda no ano de 1855. No entanto, a comunidade foi expulsa do local em 1949 e desde 1984 tenta retomar a posse da área com o apoio da Fundação Palmares.

Maria da Abadia Pereira Guimarães, 59 anos, mais conhecida como dona Marinha, presidente da associação da comunidade dos Amaro, vive há mais de 40 anos longe do lugar onde nasceu, e desabafa: “Nosso sonho é voltar pra nossa terra.” A família mora em Paracatuzinho, um bairro da cidade, e vive de catar lixo para reciclagem. “É muito difícil viver disso. Nosso lugar é na roça”, reclama.

O historiador Alexandre Alves Dias explica: “é um quilombo de resistência cultural. Há hoje uma luta para eles manterem suas tradições”. Todos os anos a família dança em homenagem a São Benedito, no final de junho. Dançam a Careta. Um grupo de homens mascarados e vestidos com roupas coloridas sai pelas ruas cantando e dançando, anunciando a programação dos festejos juninos.

Seu Honório Coelho Guimarães, 77 anos, um dos mais antigos da comunidade dos Amaro, tem 65 anos de Caretada: “É uma dança dos escravos. Para se divertir e tirar os males, eles pegavam as roupas das patroas para se enfeitar e colocavam máscaras para não serem reconhecidos, porque a dona dos escravos não queria ver nós dançar.” Há 38 anos, a família dos Amaro dança em frente à igreja dos negros de Paracatu. Só quem assiste a apresentação pode saber por que a Caretada é a expressão cultural mais famosa de Paracatu e ter ideia da importância da herança dos Amaros. No dia de São João, o grupo dança e canta 24 horas sem parar.

Os Amaros de Paracatu

Black is beautiful?

Beleza negra marca presença na mídia e nas passarelas, mas o cotidiano do país mostra que as práticas racistas persistem até nas dependências da justiça

**Fabiola Góis
e Thais Assunção**

A pergunta está no ar: o racismo está perdendo a força? O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, é negro. O desfile de moda São Paulo Fashion Week reservou 10% das vagas para modelos negros. As universidades disponibilizam cotas para negros. O estilo black está de volta, os cabelos cacheados estão com tudo, as roupas coloridas compõem o guarda-roupa de negras e brancas, e uma atriz negra é a protagonista da novela das oito da Rede Globo. Esses sinais indicam uma mudança de mentalidade. É um presente para a sociedade, que no dia 20 de novembro comemora o Dia da Consciência Negra.

Os negros ocupam espaços importantes e cada vez mais cargos políticos, mos-

tram sua beleza em desfiles de moda e reivindicam os seus direitos. A consciência negra está avançando positivamente. Mas ainda falta muito para alcançar a tão almejada igualdade. Os caminhos estão sendo percorridos de forma cautelosa. Isso pode ser visto na moda, por exemplo.

Para a estilista e produtora de moda Diane Lima, de Salvador, nunca se falou tanto em igualdade racial e em multiculturalismo como nos últimos anos. "Com o avanço do mundo globalizado, nações antes desconsideradas passaram a ganhar destaque com o famoso e preconceituoso termo 'exótico'. O exotismo esteve no auge da moda, que lançou rostos mestiços e tendências com títulos como *folk*, *safari chic*, *étnico*, *orient*, *african pop*. As maiores revistas de moda fizeram ensaios fotográficos nas mais remotas paisagens do plane-

ta, levando esses cenários para as grandes capitais do mundo. Nessa época apareceu o rosto de Naomi Campbell, umas modelos negras mais bem pagas internacionalmente", avalia Diane.

Ela afirma ainda que o fato da São Paulo Fashion Week ter reservado cotas de 10% para modelos negras e indígenas nas duas últimas temporadas permitiu o aumento da participação de afrodescendentes. "Em muitas publicações ligadas ao grupo do SPFW, assim como em outros eventos de moda no país, apareceu uma nova safra de modelos. Nunca vimos isso com tanta exponência. E esse processo é crescente. Nesse embalo, a Bahia teve mais uma modelo lançada com sucesso no mercado nacional, a Indy, já conhecida do mercado da moda baiana", relata a produtora.

Na Universidade de Brasília, o designer de moda e estilismo Sann Marcuccy, que trabalha na Incubadora Social do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, acredita que um dos fatores do aumento do número de negras nas passarelas é a beleza exótica que resulta da tão falada miscigenação brasileira. "A beleza negra é mais reconhecida hoje em dia sim, principalmente as misturas, como as mulatas e negras com traços orientais. A moda hoje pede tudo que não seja óbvio e surpreenda."

"A consumidora tem de se enxergar no modelo", explica Sann. "Por isso estão aparecendo cada vez mais modelos negras com a cara da mulher brasileira. O que acontece é que já se percebeu que a maioria da nossa população é de misturas étnicas, então o padrão de beleza não pode mais ser o da loira de olhos azuis."

Diane:
"exotismo"
na moda.
Sann:
misturas
étnicas



TAYGOARA AGUIAR



BRUNO SANTIAGO



Ontem invisíveis, hoje nas vitrines

O Ministério Público também está atento às mudanças. A promotora de Justiça Déborah Kelly Affonso, do grupo de inclusão social do MP de São Paulo, defendeu publicamente a cota para negros em desfiles. É que, de acordo com as matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo, em janeiro de 2008, apenas oito dos 344 modelos que desfilaram na São Paulo Fashion Week eram negros – 2,3% do total. Essa porcentagem está em total oposição à composição da população brasileira, onde 49,7% da população é formada por negros e pardos, segundo o último censo do IBGE (de 2007).

De acordo com uma proposta do Ministério Público, as grifes do evento podem ser obrigadas a cumprir cotas raciais nos desfiles – no estilo do que já fazem as universidades públicas. Desde o ano passado, a Promotoria abriu um inquérito para apurar a prática de racismo na SPFW.

Enquanto isso, na novela “Viver a Vida”, da Rede Globo, a atriz Taís Araújo faz sucesso como a modelo Helena. No núcleo familiar da protagonista, todos os personagens são negros e se vestem com vestidos estampados, em cores vibrantes, e túnicas africanas típicas. Essa estética está sendo cada vez mais incorporada pela mídia e é associada ao sucesso dos profissionais negros em diferentes áreas, especialmente na área cultural, mais exposta pela mídia.

É o que atesta a cantora Dhy Ribeiro, com vinte anos de carreira – dezesseis deles em Brasília e quatro em Salvador. Dhy Ribeiro começou a trabalhar como modelo, aos dezesseis anos de idade. Paralelamente às passarelas nasceu a carreira de cantora. Mas, quando a jovem chegou a Brasília, ficou espantada: nos bares da cidade era raríssima a presença de cantoras negras. “Eu me



Dhy Ribeiro,
cantora: “A
arte é a tribuna
do negro”



sentia invisível na sociedade brasileira”, conta. Mas Dhy não se assustou, seguiu em frente e conquistou seu espaço.

“A cultura negra cresceu muito, junto com a própria cidade. Depois que o samba se consolidou na capital, começaram a surgir ótimos grupos. Eu participei dessa mudança. Antes nós éramos ignorados, mas alguns grupos insistiram em trabalhar com a cultura negra, estudaram, batalharam e conseguiram. Eu me orgulho muito disso”, relata.

Para Dhi, “a arte é a tribuna do negro”. Ela acredita que os negros têm uma participação significativa na formação cultural do Brasil, “por tudo o que trouxeram para a música popular brasileira, e não só para a música. Em todos os lugares onde a cultura negra se inseriu, ela trouxe força e beleza”, afirma.

A dança, a música e a religião são influências trazidas pelos negros que vieram da África durante o tráfico de escravos. Com isso a cara do Brasil ganhou novos traços, enraizados até hoje nas características físicas e cotidianas das diversas regiões, de norte a sul. “A im-

JANDIR RIBEIRO

portância da música negra no país é muito grande, assim como da dança e das artes manuais. Fico feliz de saber disso”, diz a cantora.

Mas Dhi Ribeiro revela uma preocupação: as crianças devem ser conscientizadas sobre a importância dos heróis negros que não aparecem nos livros de história. “Precisamos fazer com que as crianças saibam a quantidade de ídolos da raça negra que temos em nossa cultura. Hoje elas não têm a menor ideia dos ídolos negros, como Ruy Barbosa. Conhecem apenas os abolicionistas brancos. Defendo uma educação real para as crianças negras”, reforça.

De acordo com a cantora, todo artista deve apresentar uma proposta quando mostra o seu trabalho. “No meu disco eu apresento uma temática voltada para sentimentos e emoções. Mas procuro também conscientizar as pessoas sobre a importância da cultura negra. Quero mostrar, principalmente para as mulheres e as negras, que todos podem se arriscar ao invés de esperar uma oportunidade. Todos nós somos iguais e temos os mesmos direitos”, afirma.

Os negros no espelho

Para o autor Jocélio Teles dos Santos, em seu livro *O Negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos*, os referenciais do que é o belo, bonito e desejável para uma estética negra se dão de maneira relacional com a estética branca. “A caracterização de uma estética negra acontece a partir da apresentação de elementos naturais fenotípicos que remetem a uma ancestralidade africana. Os cabelos crespos, a epiderme escura, traços do rosto, até formatos de corpos são

enxergados como elementos identificadores da beleza do sujeito negro”, afirma. Essa beleza se contrapõe, segundo ele, à beleza ocidental e representa “fragmentos da política, da estética e da moda do mercado”. Em geral, esse belo é construído pela exotividade, com “a naturalidade das cores fortes e berrantes nas maquiagens” e “a total diferenciação desta da estética ocidental e anglo-saxã para enquadramento em cenários específicos de naturalidade quase ‘primitiva’.”

Mudanças no dia a dia

Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade de Brasília e autor do livro *Consciência negra em cartaz*, o professor Nelson Olokojá Inocêncio defende que, para aumentar o número de negros nos espaços sociais, é pre-

ciso impor medidas emergenciais como o sistema de cotas. Por isso ele louva iniciativas como as do Ministério Público de São Paulo, que quer aumentar o número de modelos negros. "São medidas como essas que podem diminuir o racismo. Mesmo

que não vejamos resultado em curto prazo, elas são provocadoras e trazem a discussão para o dia a dia das pessoas", afirma.

O professor acredita que o Estado é um dos responsáveis pela desigualdade racial no país. "O Estado brasileiro nunca teve um projeto de transição, ou seja, um projeto voltado para



a população negra. Acabou a escravidão e o Estado jamais se incumbiu de lidar com essa questão de uma forma verdadeiramente responsável”, explica Inocêncio.

Ele reconhece que houve avanços nas políticas públicas voltadas para a população negra. “Mas não existe má-gica nisso. Essas são demandas do mo-

vimento negro, que tem ampliado seu poder de atuação e reivindica espaços na sociedade. No Brasil, 50% da população é negra e ela não se vê representada na mídia”, diz.

Inocêncio afirma que a imagem do corpo negro ainda é associada a um corpo estranho à sociedade. “Na cultura visual brasileira, o corpo negro

aparece como a antítese do que se imagina como normal. (...) O corpo negro amedronta, porque a ele foi atribuída uma noção de força que se sobrepõe ao intelecto. Esse mesmo corpo provoca risos porque sua leitura está vinculada a comparações que o animalizam”, diz, em seu livro *Corpo negro na cultura visual brasileira*.

Igualdade de oportunidades
Justiça para o nosso povo

20 de novembro
Dia da Consciência Negra

Racismo com todas as letras

Em Joinville, Santa Catarina, a petição de uma advogada gerou polêmica. Na tentativa de livrar seu cliente de uma acusação, ela escreveu que, pelo fato do réu ser branco e de classe média, não faz parte do que ela chamou de “tipo criminoso”. Segundo ela, “trata-se, ao que tudo indica, de uma molecagem de adolescentes, que acreditando ter encontrado um objeto abandonado, levaram-no para casa. Todos estudantes, brancos, de família de classe média, diferentes do ‘tipo criminoso’ preferido da nossa polícia: negros e das classes mais desfavorecidas”.

Perplexo, o juiz João Marcos Buch respondeu que “a condição humana dos réus, sua juventude e inexperiência serão levados em consideração por ocasião da sentença, independentemente de raça, cor ou credo”.

No Brasil, de cada dezessete ocorrências policiais registradas como racismo, apenas uma vira ação penal – as outras acabam arquivadas. Os dados são da tese de doutorado em Sociologia que Ivair Augusto dos Santos defendeu na Universidade de Brasília. Militante do movimento negro e assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ele pesquisou processos e sentenças judiciais em dezoito capitais brasileiras. O resultado foi a monografia *Direitos humanos e as práticas de racismo: o que faremos com os brancos racistas?*

O caso que chamou mais atenção foi o do Rio de Janeiro. Em dois anos e meio, o estado registrou 6.208 processos, mas a maioria não foi enquadrada como crime. “Os juristas ainda não entendem a dor da discriminação. O racismo é simplesmente desconsiderado. É como se não existisse. Os apelidos e piadas preconceituosas são vistos como brincadeira”, analisa Ivair.

Uma questão de consciência

Em homenagem ao Dia da Consciência Negra – comemorado em 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares –, a revista do Sindjus foi a campo descobrir como os servidores se posicionam diante dessa questão. Quem se considera negro? Existe mesmo um novo padrão de beleza, incorporando uma estética negra? O preconceito diminuiu ou continua o mesmo? E a tão falada consciência negra, a quantas anda? Confira aqui as opiniões dos colegas.



Os negros assumiram os seus cabelos e a sua cor. O mercado de trabalho oferece mais oportunidades do que há alguns anos. E hoje vemos muito mais negros na TV, nos jornais. Tem muitas atrizes negras e bem sucedidas na televisão; isso é um exemplo de que a sociedade está mudando. Acho importante essa valorização.

Luiz Carlos da Silva, técnico judiciário do STJ

Eu sinto que os homens olham para mim com admiração, e isso me faz acreditar que a beleza negra é reconhecida. Tenho visto pessoas bonitas e de expressão, e que são negras. Mas acho que uma grande evolução são as cotas nas universidades, para que o negro conquiste uma formação acadêmica de qualidade e um bom lugar no mercado de trabalho.

Maria Florentina dos Santos, técnica judiciária do TRE

Sou negro com muito orgulho. Acho que a consciência mudou, por parte dos próprios negros. Eles começaram a superar as barreiras desses anos todos de subjugação, inferiorização e baixa auto-estima, e hoje buscam espaço em áreas de trabalho que antes não eram ocupadas por eles na sociedade.

Cristiano Soares Abadia, técnico judiciário do STJ

Hoje o negro tem mais noção da sua identidade. Há muitos programas sociais, inclusive movimentos como o hip hop, que é uma forma de afirmar a consciência negra. O estilo black é uma forma de não deixar isso morrer. Eu me considero negra e acho que começamos a nos valorizar mais quando acreditamos na nossa beleza.

Cêris da Conceição Santos, analista judiciária do STJ



A consciência mudou positivamente. Antigamente a palavra negro era vista como ofensa. Se um negro entrava em um mercado as pessoas ficavam logo de olho, ele era visto como uma pessoa perigosa. Eu mesmo sofri com uma namorada que não me assumia por causa da minha cor. Ela era loira. A realidade está mudando, mas ainda precisa mudar mais.

Paulo Silva Santos, técnico judiciário do STJ



Sou fruto da miscigenação de índios e negros. A cultura negra está conquistando seu espaço – lentamente, mas está. Em alguns estados os negros se vestem de forma diferente, com referências à cultura afro-brasileira. Mas em Brasília não vejo isso. Eu acredito que a consciência em relação ao negro tem mudado e ainda vai mudar para melhor.

Lucila Gomes Rosa, técnica judiciária do TRE



Há uma valorização maior do negro, mas ainda temos muita dificuldade no mercado de trabalho e na posição social. Mas vejo negros em situação melhor que antigamente, nas classes média e alta. A mídia tem trabalhado a questão racial; as novelas mostram negros em cargos de importância, e a sociedade passou a encará-los com mais respeito.

Luiz César Teixeira de Oliveira, presidente da associação dos servidores do STJ



A mídia colabora para que a beleza negra seja reconhecida. Até pode ser modismo, mas as pessoas já passam a olhar com outros olhos. O negro está tendo em quem se espelhar; por isso tem mais facilidade de se afirmar em relação à sua raça. Acho que a consciência do negro aumentou; no IBGE, por exemplo, as pessoas se reconhecem como negras.

Jeannine de Moraes Rocha, analista judiciária TRE



Não sou negra nem branca, acho que sou parda, mas sempre admirei a cultura negra. Os negros são lindos. Hoje estão na TV e em editoriais de moda, o que seria impossível há alguns anos. O preconceito permanece e é persistente, mas acredito que o negro está conseguindo se impor e conquistar melhores empregos, educação e saúde.

Gerci Francisca de Brito, técnica judiciária do CJF



O preconceito contra o negro ainda existe, mas melhorou muito. No Brasil há muita mistura, isso é importante para enfrentarmos o preconceito. Eu me considero negro, minha mãe é negra, tenho parentes negros. Acho que a beleza negra é diferente, incomum, o estilo de vestir é colorido, interessante. Acredito que essa moda seja permanente.

Evanildo dos Santos, técnico judiciário do STJ



Antigamente os próprios negros se achavam inferiores. É uma questão cultural. Hoje exigem seus direitos e têm uma resposta mais positiva da sociedade. Ainda está muito aquém do ideal, mas há progressos. Infelizmente a beleza negra está muito ligada à libido, carnaval, nudez, principalmente em relação às mulheres. Mas acredito que isso vai mudar.

Sueme Lima da Silva, técnica judiciária do TRE



Sou 100% negro, negão com muita honra. A beleza negra está sendo exaltada, percebo nas novelas. No serviço público, o crescimento do número de negros é expressivo. Muitos estão em cargo de comissão e chefia, e isso é uma evolução positiva. A consciência negra está evoluindo, mas em muitos setores a gente ainda sente discriminação.

Luiz Antonio Campos, técnico judiciário do TRE

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Infância desamparada

Parte dos conselheiros eleitos em outubro só deve assumir em janeiro de 2010. Câmara Legislativa ainda precisa aprovar projeto do Executivo para criar 23 novos conselhos. Promessa do GDF é de instalar as unidades no próximo ano.

Fabiola Góis

Depois da posse de 50 conselheiros tutelares do Distrito Federal, em novembro passado, outros 115 aguardam nova nomeação, mas a incerteza ainda ronda. Só com a aprovação do Projeto de Lei 1.498/09 que trata do funcionamento dos conselhos, é que o GDF cumprirá a promessa de ampliar o número de unidades. A proposta oferece as condições para criar 23 novos conselhos e permite a instalação do órgão em todas as cidades do DF. No dia 9 de de-

zembro, a Câmara Legislativa aprovou o PL em primeiro turno, mas ele ainda tem que ser votado em segundo turno. Com isso, a expectativa é que a posse só ocorra em janeiro.

A matéria foi enviada à Câmara para apreciação em caráter de urgência. Essa iniciativa amplia e fortalece a rede de proteção à criança e ao adolescente do DF, além de proporcionar maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços à comunidade. O projeto foi elaborado para readequar a estrutura, o funcionamento e a distribuição dos conselhos tutelares.

Atualmente, existem no DF dez conselhos tutelares e 50 conselheiros, sendo cinco para cada unidade. Segundo explica o secretário de Justiça, Flávio Lemos, somente com a aprovação desse projeto de lei na Câmara Legislativa e a sanção do governador, a Secretaria de Justiça poderá efetuar as nomeações. "Nosso propósito é implantar de imediato os novos conselhos tutelares para dar proteção integral à criança e ao adolescente do DF", afirmou.

Os novos conselhos serão implantados nas regiões administrativas de Águas Claras, Brasília, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Estru-

tural, Gama, Guará, Itapoã, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho, Taguatinga, Varjão e Vicente Pires.

Depois de uma eleição marcada por muita confusão e denúncias de irregularidades, em outubro, os novos representantes que atuam em defesa da infância e da juventude estão ansiosos com o futuro da gestão 2009/2012. A incerteza começou quando o presidente do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), Nívio Gonçalves, cassou a decisão do Juiz da Vara da Infância e da Juventude, Renato Rodvalho, para criação de 23 novos Conselhos Tutelares no DF, em setembro. O Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) recorreu da decisão.

Ao todo, são 165 novos conselheiros eleitos que esperam ocupar as 33 unidades de atendimento previstas pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) do DF. Hoje, apenas dez conselhos estão em funcionamento em Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho e Taguatinga, que somam mais de 2,5 milhões de habitantes.



Oto de Quadros:
"Decisão do TJ
é lamentável"

PATRICK GROSMER



Lívia (nome fictício) não tem com quem ficar enquanto a mãe trabalha. Se não fosse pelo Conselho Tutelar, a família não teria a quem recorrer

Uma luta que já dura vários meses

Grande parte dos novos conselheiros também não sabe se terá estrutura física para começar a funcionar. Os 23 novos conselhos tutelares foram criados em abril deste ano – 19 nas regiões onde o órgão ainda não foi instalado e quatro nas cidades mais populosas do DF, que passariam a contar com dois órgãos para o atendimento das demandas.

O coordenador de Apoio Técnico aos Conselhos Tutelares da Secretaria de Justiça (Sejus), Maurício Albernaz, afirma que, mesmo com a nova decisão judicial, por enquanto nada muda. Ainda há recursos para serem julgados. As obras das novas sedes estão previstas para começarem no próximo ano. Há dotação orçamentária suficiente para a ampliação das unidades de atendimento e a criação de novas estruturas. O governador Arruda, no entanto, ainda não sancionou a lei.

Enquanto isso, a ideia é que as administrações regionais cedam salas para o funcionamento provisório e imediato dos conselhos. “Nós dobramos a previsão orçamentária para o próximo ano destinada ao custeio e manutenção dos conselhos tutelares”, disse o coordenador.

Albernaz entende a necessidade de

se ampliar o número de conselhos porque aumentou o número de habitantes no DF nos últimos anos. “Em algumas cidades, como em Ceilândia, seriam necessários até três conselhos. Já no Setor de Indústria e Abastecimento não é necessário. Independente de qual for a decisão, a Sejus está atuante e preparada para lidar com as causas da criança e do adolescente”, comentou.

O promotor da PDIJ Oto de Quadros informou que o governador Arruda havia decidido cumprir a decisão do juiz da VII, conforme o comunicou o secretário Flávio Lemmos, no dia 2 de outubro. E que por isso não seria necessário firmar termo de compromisso de ajustamento de conduta proposto pelo secretário de Justiça, Alírio Neto, em reunião no Ministério Público, em 29 de junho de 2009. A proposta da Sejus era a criação de mais treze conselhos.

“Espero que o CDCA mantenha o posicionamento tomado em 4 de julho de 2009, pela implementação dos conselhos tutelares. Talvez haja necessidade de adequação do número e localização em função da falta de divulgação que houve para o edital de abertura do processo de esco-

lha e, por isso mesmo, dos candidatos eleitos em cada cidade. É lamentável essa nova decisão judicial, que contraria a causa da Infância e da Juventude no DF”, declarou o promotor de Justiça.

A mobilização social foi importante para que o governo entendesse a necessidade de criação dos novos conselhos. Antes mesmo desse projeto do Executivo, no dia 25 de junho passado, a Associação dos Conselheiros Tutelares e o Sindjus apresentaram à Câmara Legislativa proposta de emenda à Lei Orgânica que propõe a criação de conselhos tutelares em todo o Distrito Federal. Foi a primeira emenda à Lei Orgânica de iniciativa popular apresentada na Câmara. Foram recolhidas cerca de 30 mil assinaturas. A matéria ainda não foi votada.

O coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, lamenta que o GDF demore tanto tempo para implantar os novos conselhos e estruturar melhor os já existentes. “Já há previsão orçamentária para isso. O Orçamento de 2010 já foi aprovado pela Câmara Legislativa do DF. O que falta é vontade política”, destacou. Segundo Policarpo, as mobilizações continuarão no próximo ano.



ROBERTO STUCKERT

Policarpo: mobilização e coleta de assinaturas para a emenda popular

Campanha cidadã

O Sindjus entrou com tudo na luta pela ampliação dos conselhos tutelares. Começou com a realização de uma campanha na TV, na internet e nos jornais, para conscientizar a população do DF sobre a importância da atuação dos conselheiros na proteção à criança e ao adolescente. A campanha prosseguiu com uma série de eventos culturais em várias regiões administrativas. Durante dois meses, o sindicato recolheu assinaturas para a primeira proposta popular de emenda à Lei Orgânica do DF.

Essas ações culminaram na entrega da emenda à Câmara Legislativa, em agosto, em conjunto com a Associação dos Conselheiros Tutelares do DF. Com

30 mil assinaturas, a proposta cria 27 conselhos tutelares, prevê funcionamento 24 horas, inclusive nos fins de semana, e a criação de outras unidades para que todas as cidades do Distrito Federal tenham pontos de atendimento.

“A legislação em vigor determina que a cada 200 mil habitantes deve haver um conselho tutelar, mas a realidade está muito longe desse ideal”, explica Policarpo, coordenador-geral do Sindjus. “Por isso fizemos mobilizações em várias regiões administrativas; é preciso conscientizar a população sobre a necessidade de se cobrar das autoridades a instalação imediata dos novos conselhos.”



*Educação Infantil
Crianças e Adolescentes
A Cidadania Ativa
Respeito ao Meio Ambiente
Geração de Emprego e Renda
São os programas da gente
Integrar a ANTTDD
Ter o IMS crescer
E ficar mais abrangente*

* Atribuição Nacional da Fundação de Pesquisas Proprietária



*O IMS criou
Um programa social:
O Programa Bolsa de Estudos
Divulgado em edital
Uma contribuição
De apoio à Formação
Na área Educacional*



Milda Moraes,
do CDCA,
denuncia: ser-
vidores escalados
para a eleição
não apareceram

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



**Maurício Alber-
naz,** do GDF: é
preciso aumen-
tar o número de
escolas abertas
na votação

Confusão na hora de votar

O CDCA divulgou uma nota sobre os problemas ocorridos durante as eleições para conselheiros tutelares, em 4 de outubro, mas afastou a possibilidade de cancelamento do pleito, realizado por voto eletrônico. O órgão fez parcerias com o TJDF, o MPDF, a Sejus e a Secretaria de Educação, mas mesmo assim a desorganização imperou ao longo do dia.

O voto eletrônico impôs a necessidade de computadores e internet, pessoas capacitadas a operá-los e logística para que o processo transcorresse como programado. Mas não foi o que ocorreu. Nem todos os cinquenta servidores do GDF designados para trabalhar compareceram; algumas escolas não estavam abertas e muitas se-

quer tinham acesso à internet. Houve também falha nos cadernos de votação. Em um deles, havia apenas nomes de eleitores iniciados com a letra "a" – faltavam todas as demais letras.

"Em algumas escolas foi necessário o voto com papel, devido à falta de computadores", diz a nota divulgada por Milda Moraes, presidente em exercício do CDCA. O sistema de segurança também foi precário. Houve algazarra, boca de urna, ameaças e falta de controle do acesso às salas. Milda denunciou que vários presidentes de mesa e mesários foram submetidos a um treinamento na antevéspera das eleições (2/10), no Buritinga, mas muitos desses servidores não compareceram: "Alguns

presidentes de mesa não compareceram, mesmo tendo sob sua responsabilidade os cadernos de votação."

Para as próximas eleições, Maurício Albernaz já se declarou a favor do aumento do número de escolas que devem receber a população para votar. Este ano foram 119, quantidade considerada insuficiente. Para o promotor Oto de Quadros, não se tem provas de fraude na eleição ou de algum fato que possa justificar o cancelamento do pleito. "Os problemas foram pontuais e prejudicaram a população, mas não os candidatos. Quanto aos servidores públicos que foram convocados para trabalhar e faltaram ao dia da votação, aguardamos apuração da Secretaria de Justiça. Depois analisaremos se há casos de improbidade administrativa", afirmou.

Clima olímpico

Com mais de 600 atletas, Olimpíada da Justiça promove momentos de união e de integração para os servidores

Carlos Tavares

A data da primeira Olimpíada da Justiça já havia sido definida muito antes do Brasil ser escolhido o país-sede dos jogos de 2016. Isso mostra a vibração com que o evento é recebido em Brasília pelos servidores da Justiça e do Ministério Público da União.

Em seus primórdios, os jogos foram organizados na Grécia, quatro séculos antes da idade cristã, como um culto à beleza física e um tributo aos deuses. Com o tempo, as olimpíadas ganharam cono-

tações políticas e de confraternização.

É nesse diapasão que a Olimpíada da Justiça, realizada pelo Sindjus de 4 a 13 de dezembro, encontra ressonância, já que o mesmo nível de união, harmonia e adesão também é necessário para a luta dos servidores da Justiça em defesa da aprovação do novo Plano de Carreira, Cargos e Salários. Trabalho, suor, justiça, saúde e força definem, portanto, o novo clima olímpico que a cidade respira.

“O esporte coletivo sempre sinalizou o lado positivo de um trabalho em equipe, além de celebrar a saúde e a força

física. Ele é também uma forma do homem demonstrar sua capacidade de superar obstáculos”, avalia Jailton Manguiera, coordenador do Sindjus, referindo-se à atual busca de valorização profissional por parte dos servidores, a partir da união de todos.

Além da simbologia estética e da moldura política que contorna as Olimpíadas no mundo inteiro desde o fim do século 19, quando passaram a ganhar mais visibilidade, na Grécia antiga os jogos do santuário de Olímpia estavam também associados à festa e



MASACCIO

JANUSZ GAWRON

ao riso, à saúde e à harmonia do homem com a natureza, tudo para agradecer aos deuses. Eram iniciados no dia seguinte à primeira lua do verão e os atletas (só homens) prestavam também homenagem à colheita de frutos e à beleza divina. Talvez por isso o imperador cristão Teodósio I tenha mandado suspender os certames, em 393 a.C., declarando pagãs as atividades.

Da era dos mitos à de hoje os homens herdaram crenças e hábitos que se perpetuam com o amálgama de sua própria história ao longo dos tempos. A alegria e a festa são faces de uma mesma moeda onde se percebem também o sonho de superação das dificuldades e o desejo de fortalecimento de uma sociedade por meio do trabalho e da união. Pensando nisso, o Sindjus programou um show da cantora Cláudia Leite para a festa de fim de ano do sindicato, que coincide com a abertura da Olimpíada da Justiça. E, por coincidência zodiacal, a abertura dos jogos será saudada por uma noite de lua cheia, como ocorria na Grécia dos deuses.

Desde a Antiguidade

Há controvérsias sobre o tempo quando se fala nas origens das Olimpíadas. Uma corrente de pesquisadores situa em 2.500 a.C. a data dos primeiros jogos; outros afirmam que eles começaram em 776 a. C. Quando o imperador romano Teodósio I declarou o fim dos torneios, em 393 da nossa era, o mundo grego estava sob o domínio do império cristão e Roma não podia admitir que os fiéis fossem contaminados por hábitos profanos e impróprios à nova religião.

Em 1896 as Olimpíadas foram reintroduzidas no mundo ocidental pelo aristocrata francês Barão de Coubertin, com a participação de 285 atletas de 13 nações. Para reavivar o espírito helênico dos jogos, eles passaram a ser realizados de quatro em quatro anos, como ocorria na Grécia de Zeus. As Olimpíadas sofreram apenas duas interrupções, nas duas guerras mundiais (de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945).

Com maior visibilidade e agregando cada vez mais adeptos nos quatro cantos do planeta, os jogos passaram a servir de palco político para nações poderosas, a partir da Guerra Fria. Eles ganharam conotações trágicas com o Massacre de Munique, em 1972, quando o grupo terrorista Setembro Negro matou onze atletas israelenses. O boicote dos Estados Unidos a países do bloco soviético, em 1980 e 1984, também marcou fortemente os jogos olímpicos.

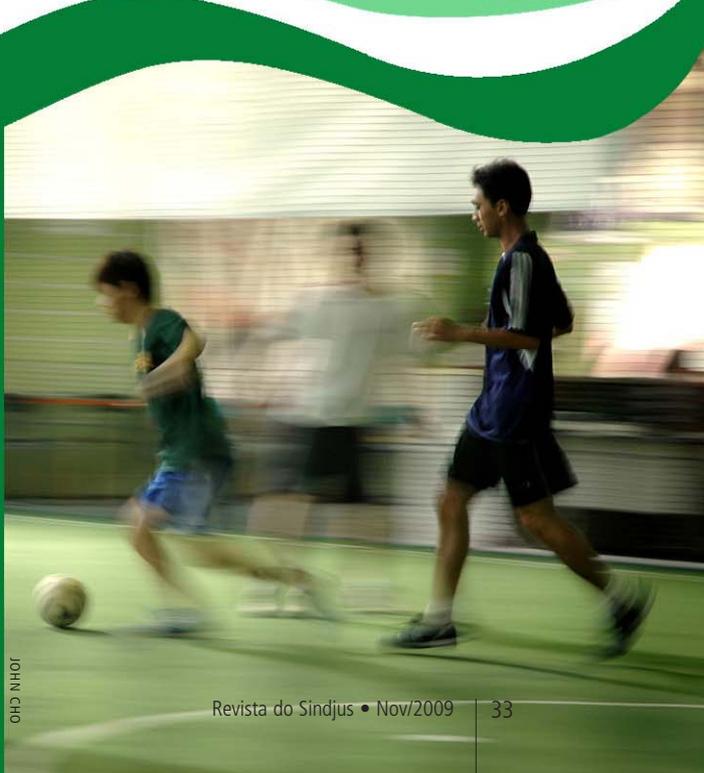
A participação do Brasil começou em 1920, com a conquista da primeira medalha de ouro por Guilherme Paraense, na modalidade tiro. Na década de 50 o Brasil voltou para casa com as medalhas de ouro do paulista Adhemar Ferreira da Silva. Ele quebrou duas vezes o recorde mundial de salto triplo (que era de 16m) alcançando a marca de 16,22m nos jogos de 1952, em Helsinque, e de 16,36m em Melbourne, em 1954.



CARLO SANI

Modalidades

Atletismo (M/F)
Basquete (M/F)
Ciclismo (M/F)
Damas (Misto)
Dominó (Misto)
Futebol Society (Masc)
Futevôlei (Masc)
Futsal (Masc)
Handebol (M/F)
Judô (M/F)
Natação (M/F)
Tênis de Campo (M/F)
Tênis de Mesa (M/F)
Tiro ao Alvo (M/F)
Vôlei de areia (M/F)
Voleibol In door (M/F)
Xadrez (Misto)



JOHN CHO

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 93 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Caçador de horizontes

Thais Assunção

Pedaladas constantes, muita corrida, disposição para enfrentar desafios e superar limites. Assim é a rotina de Emerson Antunes Ribeiro, 37 anos, técnico judiciário do TRT. Emerson é fã do velejador brasileiro Amyr Klink. Inspirado nas aventuras do explorador, resolveu escrever sua própria história no atletismo. Começou pedalando até Goiânia, depois até o Rio Grande do Sul e, em 2008, chegou a Ushuaia, no extremo sul da Argentina.

O amor pelas pedaladas começou na infância e se consolidou na juventude. “Arrumei o meu primeiro emprego, juntei uns trocados e comprei uma bicicleta. Depois arrumei outro e comprei uma bicicleta melhor, e assim por diante”, relembra. Já a corrida entrou na sua rotina de exercícios por influência do irmão mais velho. “Desde pequeno via o meu irmão correr e isso me inspirou”, comenta.

A primeira aventura como ciclista foi há vinte anos, quando Emerson foi com um amigo até Goiânia. Passaram dois dias na estrada. Mas seu verdadeiro sonho estava mais longe, no sul do país. Emerson queria refazer de bicicleta as viagens realizadas com o pai, de carro, de Brasília ao Rio Grande do Sul: “Eram maravilhosas”, conta.

A ideia de retornar à região pedalando não saía da sua cabeça: “Comecei a sonhar com mais frequência com essa viagem. Seria uma grande aventura, só que eu nunca a realizava.” No início de 2001 ele estabeleceu um prazo para si mesmo, marcou a tão sonhada viagem e finalmente rumou para o sul, de bicicleta e sozinho. Foram três semanas e 2.500 quilômetros percorridos. “Em alguns dias eu pedalava até 180 quilômetros. Dormia em barracas. Foi uma ótima experiência”, recorda Emerson.

O que ele não sabia era que as viagens estavam apenas começando. O irmão Júlio César, também corredor e ciclista, idealizou uma aventura que atravessava a Argentina e chegava até o “fim do mundo”: Ushuaia, a cidade mais austral do planeta. Em 2008 os dois embarcaram para Buenos Aires de avião e, de lá, encararam 1.500 quilômetros de bicicleta. “Ushuaia é a cidade mais próxima da Antártida. Para chegar lá



Sonho realizado: Emerson contempla Ushuaia, cidade mais austral do mundo. Acima, pedalando às margens do lago Fagnano, na Argentina. As fotos foram feitas pelo irmão Júlio César, companheiro na aventura

enfrentamos muitas dificuldades. O vento chegava a atingir cem quilômetros por hora”, conta Emerson.

Nessa viagem Emerson sentiu na pele como a vida de atleta é sofrida e cheia de obstáculos. As páginas que escreveu durante os 22 dias da aventura mostram isso. “Estou com a poupança acabada! Muitas horas sobre o selim estão deixando feridas doloridas! Já prometi a ela que na volta só vou sentar em almofadas e dormir de bruços!”, revela seu diário de bordo.

Além das feridas na “poupança”, o atleta adquiriu uma lesão no joelho que o

levou a encostar a bicicleta por quatro meses. Mas não ficou parado. Na verdade, dedicou-se ainda mais às corridas: participou da Corrida do Fogo e das corridas da Caixa Econômica e do SESI. No entanto, segundo ele, seu rendimento não era satisfatório. Foi quando entrou em cena o treinador Mingo, contratado para ajudar a equipe de atletas do TRT.

“Com um treinamento profissional o resultado foi muito bom”, conta Emerson. “No ano passado, nas Olimpíadas da Justiça do Trabalho, em Fortaleza, conquistei o ouro nos cinco mil metros, a prata nos

três mil metros e cheguei em quarto lugar nos 1.500 metros”, enumera orgulhoso, mostrando suas medalhas. Na Corrida do Judiciário de 24 de outubro deste ano ele foi campeão por equipe (TRT 10) na categoria 5 km.

Em breve Emerson pretende realizar outro sonho: percorrer todo o litoral brasileiro de bicicleta. O esporte é mais que um hobby para ele. “Posso dizer que tanto a bicicleta quanto a corrida determinam minha qualidade de vida e minha saúde. E ainda me aproximam de pessoas que têm os mesmos interesses que os meus”, afirma.





Paz

União

Alegrias

Esperanças

Amor Sucesso

Realizações Luz

Respeito Harmonia

Saúde Solidariedade

Felicidade Humildade

Confraternização Pureza

Amizade Sabedoria Perdão

Igualdade Liberdade Boa-Sorte

Sinceridade Estima Fraternidade

Equilíbrio Dignidade Benevolência

Fé Bondade Paciência Gratidão

Força

Tenacidade

Prosperidade

Reconhecimento

2011



Sindjus